

Assinado de
forma digital
por ALAN DE
FIGUEIREDO
UCHOA:80728
901234

Certificado



Credenciamento: Portaria Ministerial nº 2378, de 22 de agosto DE 2002, publicado no D.O.U, 26 de agosto de 2002
Recredenciamento: Portaria MEC nº 780, de 26 de junho de 2017, publicado no D.O.U, 27 de junho 2017
Credenciamento EaD: Portaria Ministerial nº 31, de 10 de Janeiro de 2020, publicado no D.O.U, 13 de Janeiro de 2020

A FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, mantida pelo INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SÉCULO XXI, confere o presente certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu:

**DIREITO PÚBLICO COM ÊNFASE EM CONTRATOS E LICITAÇÕES –
750 HORAS**

Área de Conhecimento: NEGÓCIOS, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO

PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS

Nacionalidade: Brasileira, Natural do estado:Pará,
Nascido(a) em 27 de Janeiro de 1994, RG: 6625233/PA.

Venda Nova do Imigrante - ES, 06 de Outubro de 2021.

SHEILA VALQUÍRIA GOMES TIMÓTEO
Diretor(a)



Certificado assinado pela Diretora SHEILA VALQUÍRIA GOMES TIMÓTEO.

A Pós-Graduação Lato Sensu foi iniciada no dia 26 de Março de 2021 e concluída em 26 de Setembro de 2021.

FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

Registro nº 117540 Livro 784

Folha 90 Data 06/10/2021

Ykaro Oliveira Salles
Secretário Acadêmico



<https://universa.faveni.edu.br/documentos/documento-requerido/consultar-certificado-digital?pesCpf=011.619.362-03&chave=95038FA0-4A2FB291-182B8954-E8B40038>

95038FA0-4A2FB291-182B8954-E8B40038

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO PÚBLICO COM ÊNFASE EM CONTRATOS E LICITAÇÕES – 750 HORAS

DISCIPLINA	NF	DOCENTE	CH
CONTRATOS E PARCERIAS ADMINISTRATIVAS	9,0	Esp. GISELE CRISTINA VIEIRA	60
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	9,0	Esp. ELIANE MARIA STEDILE	60
METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA	10,0	DSc. ANA PAULA RODRIGUES	60
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	10,0	DSc. ANA PAULA RODRIGUES	30
DIREITO DO CONSUMIDOR	8,0	Esp. JONATHAN PIO BOREL	60
DIREITO ADMINISTRATIVO	8,0	MSc. SABRINA PEREIRA ULIANA PIANZOLI	60
COMPLIANCE - LEGISLAÇÃO PÁTRIA	9,0	MSc. FREDERICO RODRIGUES SILVA	60
LICITAÇÕES PÚBLICAS	9,0	Esp. ALEX SANTIAGO LEITE	60
MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	10,0	MSc. SABRINA PEREIRA ULIANA PIANZOLI	60
CONSTITUCIONALISMO, DEMOCRACIA E CIDADANIA	8,0	MSc. FREDERICO RODRIGUES SILVA	60
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA	7,0	MSc. JOÃO VITOR GOMES PINTO	60
ÉTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8,0	MSc. SABRINA PEREIRA ULIANA PIANZOLI	60
CONTRATOS DE CONSUMO	9,0	MSc. SABRINA PEREIRA ULIANA PIANZOLI	60
CARGA HORÁRIA TOTAL			750

O(a) aluno(a) cumpriu a exigência mínima de 75% da frequência em todos os componentes curriculares.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Certificado

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições regimentais, resolve conferir o presente certificado a **PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS**, CPF nº 011.619.362-03, na qualidade de **Aluno(a)**, por participar da ação educacional **"CURSO LICITAÇÃO E CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SANTARÉM"**, promovida pela Escola de Contas Alberto Veloso - ECAV, em 02/10/2019 - 04/10/2019, com carga horária de 20 hora(s).

Conselheiro André Teixeira Dias
Presidente do TCE-PA

Eliana Ecila Gomes e Silva
Diretor(a) Geral da ECAV

AÇÃO EDUCACIONAL

NOME: CURSO LICITAÇÃO E CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SANTARÉM - Edição 1

INÍCIO: 02/10/2019 14:00

TÉRMINO: 04/10/2019 17:00

CARGA HORÁRIA: 20 hora(s)

MODALIDADE: Presencial

LOCAL DA REALIZAÇÃO: Auditório UEPA, Santarém, Pará

FACILITADOR(ES): LUIZ ROBERTO DOS REIS JÚNIOR

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- LICITAÇÃO: Normas, Princípios, Modalidades, Exceções, Fases e Tipos.
- CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: Conceitos, Características, Rescisão do contrato.
- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Leis e Instruções Normativas.

EMENTA

LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Certificado

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições regimentais, resolve conferir o presente certificado a **PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS**, CPF nº 011.619.362-03, na qualidade de **Aluno(a)**, por participar da ação educacional **"PALESTRA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADE"**, promovida pela Escola de Contas Alberto Veloso - ECAV, em 24/08/2018, com carga horária de 4 hora(s).

Maria de Lourdes Lima de Oliveira
Presidente do TCE-PA

Karla Lessa Bengtson
Diretora Geral da ECAV

AÇÃO EDUCACIONAL	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
NOME: PALESTRA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADE - Edição 1 INÍCIO: 24/08/2018 08:30 TÉRMINO: 24/08/2018 12:30 CARGA HORÁRIA: 4 hora(s) MODALIDADE: Presencial LOCAL DA REALIZAÇÃO: Auditório Ministério Público , Santarém, Pará FACILITADOR(ES): RAFAEL LARÊDO MENDONÇA	
EMENTA	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Certificado

A presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições regimentais, resolve conferir o presente certificado a

PAULO VINICIU MEDEIROS

por participar do evento on-line "**Programa Conversando com o Controle Interno - 2021** - Aula Magna e Conversa I: Fundamentos do Controle Interno.", promovido pela Escola de Contas Alberto Veloso - ECAV, em 12 e 13.04.2021, com carga horária de **06 horas**.

Belém, 10 maio 2021

Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira
Presidente do TCE-PA



6d6b76a0-b1ac-11eb-85b7-47a5ae45e1f0

12.04.2021 - Aula Magna: Prestação de Contas em Tempo de Pandemia.

- 9h
 - Abertura: **Boas Vindas**
Conselheira Presidente Maria de Lourdes Lima de Oliveira
- 9h05
 - Coordenador do evento
Conselheiro Fernando de Castro Ribeiro
- 9h15
 - Aula Magna: **Prestação de Contas em Tempo de Pandemia.**
Facilitadora: **Andréa Martins Cavalcante** – Auditora de Controle Externo – TCE/PA

13.04.2021 - Conversa I: Fundamentos do Controle Interno.

- 9h às 11h
 - Conversa I: **Fundamentos do Controle Interno**
 - Fundamentação legal, doutrinária e conceitual do sistema de controle interno;
 - Atribuições das unidades de controle interno;
 - Princípios do Controle Interno Administrativo;
 - Sistema de controle interno;
 - Avaliação do Controle Interno; e
 - Orientações aplicadas ao bom funcionamento do controle interno.
 - Facilitadores
 - **Andréa Martins Cavalcante** – Auditora de Controle Externo – TCE/PA
 - **Antônio Carlos Sales Ferreira Júnior** – Auditor de Controle Externo – TCE/PA
 - **Rafael Laredo Mendonça** – Auditor de Controle Externo – TCE/PA

CERTIFICADO

Certificamos para todos os fins que

PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS

participou, com êxito, do curso **Licitações e contratações diretas conforme a Lei nº 14.133/2021: regulamentação, implementação e procedimentos eletrônicos** (36 horas), realizado nos dias 01 a 05 de dezembro de 2025, em São Luís (MA).

O conteúdo ministrado encontra-se no verso deste certificado.

São Luís (MA), 05 de dezembro de 2025.

instituto
CERTAME


A B XAVIER TREINAMENTOS
CNPJ - 11.669.032/0001-09



Curso: Licitações e contratações diretas conforme a Lei nº 14.133/2021

Com o Dr. Prof. Nilo Cruz Neto

Módulo I: Introdução à Nova Lei de Licitações

Módulo II: Importância do Estudo Técnico Preliminar

Módulo III: Gestão de Riscos no contexto da Lei nº 14.133/2021

Módulo IV: Fundamentos dos Termos de Referência

Módulo V: Pesquisa Preliminar de Preços

Módulo VI: Elaboração de Edital no Contexto da NLLCA

Módulo VII: Cadastrando a empresa no SICAF

Módulo VIII: Criando a conta da empresa para disputar licitações eletrônicas

Módulo IX: Adesão de um órgão municipal para realizar licitações eletrônicas

Módulo X: Introdução às licitações segundo a Nova Lei

Módulo XI: O Pregão e a Concorrência na Nova Lei de Licitações

Módulo XII: Pregão e Concorrência Eletrônica em sistemas alinhados à IN Seges/ME nº 73/2022

Módulo XIII: Mudanças essenciais nas contratações diretas



CERTIFICADO

Certificamos para todos os fins que

PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS

participou, com êxito, do curso **Licitações públicas e formação de Pregoeiros (incluindo Pregão Eletrônico por meio do Comprasnet)**, na modalidade presencial, realizado nos dias 01 a 05 de agosto de 2022, em São Luís/MA, com carga horária de 40 horas.

O conteúdo ministrado encontra-se no verso deste certificado.

São Luís (MA), 05 de agosto de 2022.

instituto
CERTAME


A B XAVIER TREINAMENTOS
CNPJ - 11.669.032/0001-09



Licitações públicas e formação de Pregoeiros (incluindo Pregão Eletrônico no Comprasnet)

Com o Professor Nilo Cruz Neto

Módulo I: Aspectos gerais do Pregão Eletrônico

Introdução à modalidade pregão. Breve histórico e aplicabilidade. Objetos licitáveis por pregão. Bens e serviços comuns. Serviços de engenharia. Vedações. Principais características do Pregão e diferenças procedimentais básicas em relação às demais modalidades. Diferenças procedimentais básicas entre o pregão presencial e o pregão eletrônico. Legislação aplicável ao pregão e pregão nas prefeituras. Dec. 10.024/2019. IN SEGES 206/2019. Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021). Decisões e recomendações de órgãos de controle.

Módulo II: Fase interna e externa segundo o Decreto nº 10.024/2019 e a NLLCA

Pregoeiro e equipe de apoio: atribuições e responsabilidades. Papel da Autoridade administrativa. Responsabilidade e responsabilização pela elaboração do edital. Definição do objeto e Termo de Referência. Edital: conteúdo básico. Modelos e editais da AGU. Orçamento sigiloso. Publicação. Prazo. Contagem. Credenciamento. Sicafe. Impugnações e Esclarecimentos. Alterações no Edital. Modos de disputa. Modo de disputa aberto. Modo de disputa aberto e fechado. Intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances. Análise de conformidade em relação às propostas. Diligências. Recursos. Intenção de recurso. Decisão. Encerramento do procedimento. Homologação.

Módulo III: Vantagens às ME/EPP e Sistema de Registro de Preços

Diferimento de regularidade fiscal e trabalhista. Empate ficto. Licitação exclusiva. Cotas reservada e de ampla disputa. Subcontratação. Fundamento legal e regulamentação do SRP nos entes federativos. Definição do sistema de registro de preços. Hipóteses de utilização. Vantagens e desvantagens. Tipos de licitação. Características da licitação para registro de preços. Planejamento da contratação e o SRP. Disponibilidade orçamentária. Procedimento prévio da Intenção de Registro de Preços – IRP. Prazo. Obrigatoriedade. Análise pelo gerenciador. Consolidação do quantitativo e da pesquisa de preços. Inclusão de participante após a IRP. Órgão gerenciador, órgão participante e órgão não participante. Ata de Registro de Preços. Vigência máxima da ata. Alteração quantitativa e qualitativa do objeto registrado. Adesões de órgãos/entidades não participantes (caronas). Os órgãos de controle e a evolução do instituto (visão atual). Limites global e individual. Requisitos previstos no Decreto Federal 9.488/2018. Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021). Adesão vertical. Identidade entre o objeto registrado e aquele fornecido ao aderente.

Módulo IV: Cadastrando empresas no SICAF: credenciamento, inclusão e atualização

SISG, SIASG, UASG, SICAF e Comprasnet: o que essas siglas significam e porque o empresário deve conhecê-las? Cadastro na Plataforma GOV.BR. Acessando o SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal. Alerta ao empresário: golpes envolvendo o cadastramento no SICAF. Requisitos para o cadastro. Escolhendo as linhas de atuação da empresa. Documentos necessários ao cadastro e níveis de cadastramento: Nível I – Credenciamento;

Nível II – Habilitação Jurídica; Nível III – Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal; Nível IV – Regularidade Fiscal Estadual e Municipal; Nível V – Qualificação Técnica; Nível VI – Qualificação Econômico-Financeira. Inserção de documentos de habilitação no sistema, e atualização de documentos. Passo a passo na operacionalização do SICAF pelo empresário. Visão geral do SICAF, acesso do fornecedor. O que o empresário consegue visualizar no SICAF? O que o pregoeiro consegue visualizar no SICAF? Consultas ao SICAF.

Módulo V: Criando a conta da empresa no Comprasnet, conhecendo o Comprasnet Mobile e o Comprasnet

Cadastramento da empresa no Comprasnet (Fornecedor Pessoa Jurídica). Menu do fornecedor. Dados cadastrais. Controle de usuários e senhas. Serviços disponíveis por perfil. Cotação Eletrônica. Pregão Eletrônico. RDC Eletrônico. Aviso de Licitações por e-mail. Download de Editais. Pesquisa licitações e registro das propostas iniciais. Download de editais e aviso de licitações por e-mail. Comprasnet Mobile. Menu do empresário no Comprasnet. Menu Proposta: incluir (cadastrar), excluir e consultar; Campos “Qtd. Ofertada”, “Valor Unit. (R\$)”, “Valor Total (R\$)”, “Marca”, “Fabricante”, “Modelo/Versão”, “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”. Declarações obrigatórias. Anexando a proposta inicial e os documentos de habilitação. Cuidados essenciais para não ser desclassificado.

Módulo VI: Adesão de um órgão municipal ao Comprasnet

Sistema de Gestão de Acesso. Passo a passo, com um caso real, em sala de aula.

Módulo VII: Como fazer pesquisa preliminar de preços

Pesquisa preliminar de preços. Normas e jurisprudência. Fontes de pesquisa e cesta de preços aceitáveis. Cautelas na cotação de preços. Quando usar a média, a mediana e o menor preço. Fazendo pesquisa a partir do Painel de Preços do Comprasnet. Outras opções pagas e gratuitas de pesquisa de preços. Consultas ao Mural de Contratos do SACOP. Simulações práticas de pesquisas preliminares de preços.

Módulo VIII: Pregão no Comprasnet (pelo menos 16 horas)

Cadastramento do aviso de licitação. Cadastramento de Intenção de Registro de Preços. Prática de Pregão Eletrônico segundo a Lei nº 14.133/2021. Vinculação da equipe do pregão. Inclusão de avisos, esclarecimentos e impugnações ao Edital. Operação da sessão pública (modo aberto), Governo. Operação da sessão pública (modo aberto), Empresário. Operação da sessão pública (modo aberto e fechado), Envio de lances e negociação na sessão pública. Consulta ao Sicafe após a etapa competitiva. Julgamento da proposta/habilitação. Etapa recursal. Adjudicação. Procedimento de cotação eletrônica.



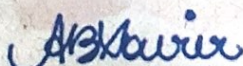
CERTIFICADO

Certificamos, para os devidos fins, que **PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS** participou, com êxito, do curso de *Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros*, com carga-horária de 32 horas, realizado nos dias 19 a 22 de março de 2018, em Santarém (PA).

O conteúdo ministrado encontra-se no verso deste certificado.

Santarém (PA), 22 de março de 2018.

instituto
CERTAME


A B Xavier Treinamentos
CNPJ 11.669.032/0001-09


Prof. Msc. Nilo Cruz Neto
Instrutor

Módulo I: Introdução às licitações públicas

Licitações: Conceito. Objetivo. Previsão Constitucional. Quem é obrigado a licitar? Legislação Infra-Constitucional. Competência para legislar. Leis e decretos regulamentares mais importantes. Usurpação da competência por Estados e Municípios. O fenômeno das normas Estaduais e Municipais de licitação face à competência privativa da União para editar normas gerais sobre a matéria. Normas específicas e supletivas. Licitação como regra. Licitações na administração direta, autárquica e fundacional. Licitações nas empresas públicas, sociedades de economia mista e subsidiárias. Licitações no Sistema S. Etapas do procedimento licitatório. Modalidades de licitação e critérios de escolha. Convite. Tomada de Preços. Concorrência. Concurso. Pregão. Leilão. Consulta. RDC. Fracionamento da despesa. Níveis do Fracionamento. Parcelamento: vedações e possibilidades. Diferença entre fracionamento e parcelamento. Escolhendo a modalidade adequada. Jurisprudência do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

Módulo II: Processos licitatórios em geral

Formalização dos processos licitatórios em geral. Existência de dotação orçamentária suficiente. Exigências específicas da Lei de Responsabilidade Fiscal. Pesquisa preliminar de preços. Cesta de preços aceitáveis e normas de pesquisa preliminar de preços. Objetos da licitação: alienações, compras, obras, serviços, concessões e permissões. Alienação: bens móveis e imóveis. Compras: padronização e indicação de marcas. Termo de Referência: elementos essenciais segundo a legislação. Quem elabora o Termo de Referência. Exigência de amostras. Sistema de Registro de Preços: vantagens, possibilidades e operacionalização. SRP: entendendo a Ata de Registro de Preços. SRP: órgãos gerenciador, participante e carona. Adesão possível e adesão vedada. Prazo de validade, elementos constitutivos e possibilidade e limites de adesão à Ata. Encerramento e revogação da Ata. Obras e Serviços: regimes de execução. Projeto Básico: conteúdo obrigatório. Planilha Orçamentária, BDI (Bonificações e Despesas Indiretas) e Encargos Sociais. Composição do BDI. Limites máximos e mínimos do BDI. Impactos da legislação que instituiu a CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta sobre o BDI. Projeto Executivo. Preços inexequíveis na contratação de obras, serviços e na aquisição de bens. Serviços técnicos especializados. O Edital. Quem elabora? Quem se responsabiliza pelo seu conteúdo? Valor estimado x valor máximo: existe diferença? Publicação do ato convocatório: veículos de publicação e interregnos. Impugnação do Edital pelo cidadão e pelo licitante. Tipos de licitação. Menor preço. Melhor técnica. Técnica e preço. Maior lance ou oferta. Comissão de Licitação: atribuições, composição, vedações e responsabilidades. Parecer jurídico: características, eficácia e responsabilização do parecerista. Parecer vinculante ou opinativo? Parecer facultativo ou obrigatório? Habilitação Jurídica: empresas proibidas de participar, cooperativas, OS, OSCIPs, consórcios. Habilitação Fiscal e Trabalhista: FGTS, INSS, fisco estadual, municipal etc. Qualificação Econômico-Financeira: balanço patrimonial, falência, concordata e recuperação judicial, garantia de participação em licitações, capital e patrimônio líquido mínimos. Qualificação Técnica: atestados de capacidade técnico-profissional e técnico-operacional, registro em órgão fiscalizador de profissão regulamentada. O responsável técnico e a comprovação de vínculo com a empresa licitante. Exigências de propriedades de máquinas e equipamentos. Exigência de localização. Regularidade Social. Inabilitação de todos os licitantes e possibilidades legais para a administração contornar o problema. Casos em que a documentação de habilitação pode ser dispensada. Documentos que nunca podem ser dispensados. Análise das propostas de preços: excesso de rigor e análise de conluio entre as empresas participantes. Participação de empresas com sócios em comum. Participação de filiais, ou de matriz e filial. Relação de parentesco entre sócios de empresas licitantes, ou entre estes e o agente público envolvido na licitação. Validade das propostas. Critérios de desempate. Desclassificação de todas as propostas. Adjudicação e homologação: procedimentos e responsabilidades. Recursos Administrativos. Micro e pequenas empresas nas licitações. (Lei Complementar nº 123/2006): prazo diferido para comprovação da regularidade fiscal, empate ficto, licitações fechadas para ME/EPP, subcontratação obrigatória, cota reservada para ME/EPP e vantagens a empresas sediadas local ou regionalmente. Revogação e Anulação do processo licitatório. Licitações sustentáveis. Jurisprudência do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

Módulo III: Formação de pregoeiros

Entendendo o Pregão. Legislação. Conceito de bens e serviços comuns. Pregão para aquisição de equipamentos de informática. Pregão para obras de engenharia. Pregão: fase preparatória. Termo de Referência. Termo de Referência x Projeto Básico. Pregoeiro e equipe de apoio: atribuições e responsabilidades. Papel da autoridade administrativa. Conteúdo mínimo do Termo de Referência. Pregão: fase externa. Simulação de situações práticas durante um Pregão. Desclassificação das empresas participantes. Cuidados relativos à etapa de lances verbais. Pregão eletrônico x Pregão Presencial: diferenças essenciais no procedimento. Utilização de robôs no pregão eletrônico. Plataformas para a realização de pregões eletrônicos: Comprasnet, E-Licitações (BB) e Cidade-Compras (CNM). Adjudicação e Homologação no Pregão. Recursos. Jurisprudência do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

Módulo IV: RDC e outros temas correlatos

As novas regras de contratação governamental. Aspectos importantes e inovações trazidas pela Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações). Possibilidades de aplicação e principais vantagens para prefeituras e empresários. Vantagens perceptíveis frente a todas as demais modalidades de licitação, inclusive o Pregão: modos de disputa diferenciados, possibilidade de utilização de anteprojeto de engenharia como definidor do objeto a ser licitado, contratação integrada, remuneração variável, contrato de eficiência, contratação simultânea, novas regras para registro de preços, indicação de marca, exigência de amostras, pré-qualificação e critérios de julgamento inéditos. Diferenças essenciais em relação à Lei nº 8.666/1993. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

CERTIFICADO

O Instituto Educacional Estudos de Direito, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28302478/0001-95, certifica que

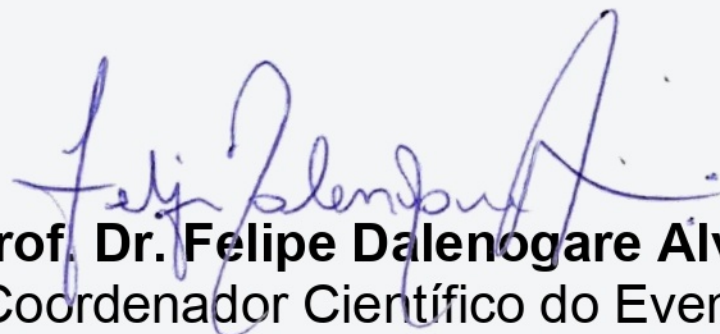
Paulo Viniciu Santos Medeiros

participou como ouvinte do

**II Workshop sobre Licitações e Contratos: a gestão e a
fiscalização de contratos à luz da Lei nº 14.133/21**

perfazendo uma carga horária de 5 horas, para todos os efeitos legais.

Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 19 de abril de 2021.



Prof. Dr. Felipe Dalenogare Alves
Coordenador Científico do Evento

www.estudosdedireito.com.br
contato@estudosdedireito.com.br



CERTIFICADO

O Instituto Educacional Estudos de Direito, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28302478/0001-95, certifica que

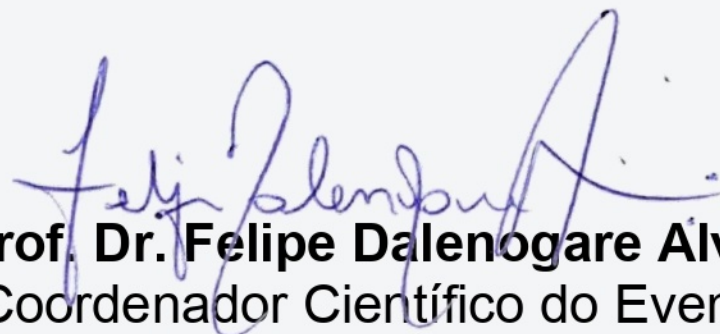
Paulo Viniciu Santos Medeiros

participou como ouvinte do

III Workshop sobre Licitações e Contratos: o processo de responsabilização administrativa à luz da Lei nº 14.133/21

perfazendo uma carga horária de 5 horas, para todos os efeitos legais.

Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 19 de abril de 2021.



Prof. Dr. Felipe Dalenogare Alves
Coordenador Científico do Evento

www.estudosdedireito.com.br
contato@estudosdedireito.com.br



CERTIFICADO

O Instituto Educacional Estudos de Direito, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28302478/0001-95, certifica que

Paulo Viniciu Santos Medeiros

participou com frequência e aproveitamento do

Curso de atualização em Licitações e Contratos no âmbito municipal com base na Lei nº 14.133/21

perfazendo uma carga horária de 20 (vinte) horas, para todos os efeitos legais.

Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 19 de abril de 2021.



Prof. Dr. Felipe Dalenogare Alves
Coordenador Acadêmico do Curso

www.estudosdedireito.com.br
contato@estudosdedireito.com.br



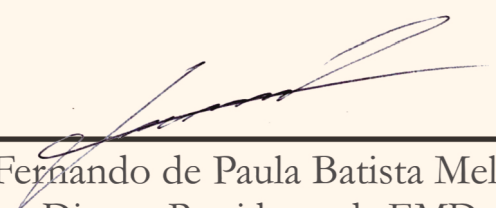
CERTIFICADO



A Escola Mineira de Direito certifica que

PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS

participou do Curso Licitações e Contratos - com base no novo marco normativo,
na plataforma digital da Escola Mineira de Direito,
com carga horária de 10 horas-aula, na qualidade de aluno(a)



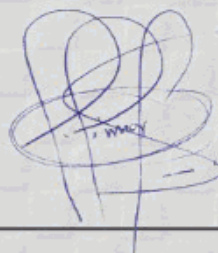
Fernando de Paula Batista Mello
Diretor Presidente da EMD

CERTIFICADO

Temos a honra por conceder à

PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS

por sua dedicação ao evento **18º Congresso Brasileiro de Pregoeiros**, realizado
no período de 28/03/2023 até 31/03/2023.



Rudimar Reis

Presidente Grupo Negócios Públicos



**NEGÓCIOS
PÚBLICOS**



18 CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS

28 A 31 DE MARÇO DE 2023 | EVENTO HÍBRIDO

Termo de Declaração

O presente certificado atribui a participação no 18º Congresso Brasileiro de Pregoeiros, realizado no período de 28 a 31 de Março de 2023, totalizando 26 horas de capacitação extraordinária, incluindo oficinas.



Instituto Negócios Públicos

Rua Dr. Brasília Vicente de Castro, 111 - 9º e 10º andar
Campo Comprido | CEP 80.200-526 - Curitiba/PR
Fone: (41) 3778.1717 - WhatsApp: (41) 98877.0234
E-mail: falecom@institutonp.com.br
www.negociospublicos.com.br

TER | 28/MAR

15h às 19h30	CREDENCIAMENTO PRESENCIAL
19h30 às 20h	ABERTURA DO SALÃO
20h às 20h30	CREDENCIAMENTO ONLINE
20h30	ABERTURA - Rudimar Reis Presidente Grupo Negócios Públicos

PROGRAMAÇÃO

INTERVALOS

10h às 10h30 12h30 às 14h 16h às 16h30

QUA | 29/MAR

PAINEL 1: UMA VISÃO ESTRUTURAL SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES	
8h às 8h10	ABERTURA - Rudimar Reis Presidente Grupo Negócios Públicos
8h10 às 8h40	NOVA LEI DE LICITAÇÕES: COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI E PARA ONDE VAMOS? - Ministro Benjamin Zylmer
8h40 às 9h20	O MUNDO "NÃO-SISG": UMA REALIDADE PARALELA? - Tatiana Camarão
9h20 às 10h	PNCP: VITRINE DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS OU UM PORTAL PARA O FUTURO DAS COMPRAS PÚBLICAS? - Victor Amorim
10h30 às 16h	OFICINAS SIMULTÂNEAS
PAINEL 2: OS COMPRADORES PÚBLICOS NA NLL	
16h30 às 17h	UM "NOVO" PREGOEIRO? - Carolina Zancaner
17h às 17h30	GESTÃO POR COMPETÊNCIAS E SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES: COMO CONCRETIZAR EM MINHA ORGANIZAÇÃO? - Raquel Carvalho
17h30 às 18h	CARREIRA DE COMPRADOR PÚBLICO E ESTRATÉGIAS DE REMUNERAÇÃO: O QUE É POSSÍVEL? - Christianne Stroppa

QUI | 30/MAR

PAINEL 3: QUESTÕES PROCEDIMENTAIS E IMPACTOS DA NLL NO PREGÃO	
8h às 8h10	ABERTURA - Rudimar Reis Presidente Grupo Negócios Públicos
8h10 às 8h40	ORÇAMENTO SIGILOSO: QUANDO É UMA BOA OPÇÃO? - Ronny Charles
8h40 às 9h20	MODOS DE DISPUTA E A MODELAGEM DA LICITAÇÃO: TEREMOS UMA NOVA FORMA DE LICITAR? - Joel Niebuhr
9h20 às 10h	INVERSÃO DE FASES NO PREGÃO: QUANDO E COMO USAR? - Felipe Boselli
10h30 às 16h	OFICINAS SIMULTÂNEAS
16h30 às 17h	METaverso: REALIDADE VIRTUAL OU UMA NOVA REALIDADE PARA AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS? - Rodrigo Pironti
17h às 18h	TALK SHOW

SEX | 31/MAR

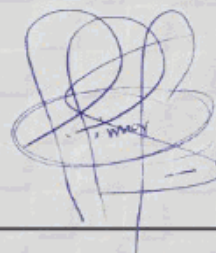
PAINEL 4: O PREGOEIRO E OS ÓRGÃOS DE CONTROLE	
8h às 8h10	ABERTURA - Rudimar Reis Presidente Grupo Negócios Públicos
8h10 às 8h40	O QUE SÃO AS TAIS "LINHAS DE DEFESA" E ONDE ENTRA O "CONTROLE INTERNO"? - Paulo Alves
8h40 às 9h20	O PAPEL DA ASSESSORIA JURÍDICA NA NLL: ALGO MUDOU? - Anderson Pedra
9h20 às 10h	O DIVÃ DO PREGOEIRO - Anderson Pedra, Victor Amorim e Christianne Stroppa
10h30 às 16h	OFICINAS SIMULTÂNEAS
16h30 às 17h30	ARENA CBP: O PAPEL DO TRIBUNAL DE CONTAS NA CONSTRUÇÃO DA NLL
17h30 às 18h	ENCERRAMENTO OFICIAL

CERTIFICADO

Temos a honra por conceder à

PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS

por sua dedicação ao evento **18º Congresso Brasileiro de Pregoeiros**, realizado
no período de 28/03/2023 até 31/03/2023.



Rudimar Reis

Presidente Grupo Negócios Públicos



**NEGÓCIOS
PÚBLICOS**



18º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS

28 A 31 DE MARÇO DE 2023 | EVENTO HÍBRIDO

Termo de Declaração

O presente certificado atribui a participação no 18º Congresso Brasileiro de Pregoeiros, realizado no período de 28 a 31 de Março de 2023, totalizando 26 horas de capacitação extraordinária, incluindo oficinas.

TER | 28/MAR

15h às 19h30	CREDENCIAMENTO PRESENCIAL
19h30 às 20h	ABERTURA DO SALÃO
20h às 20h30	CREDENCIAMENTO ONLINE
20h30	ABERTURA - Rudimar Reis Presidente Grupo Negócios Públicos

PROGRAMAÇÃO

INTERVALOS

10h às 10h30 12h30 às 14h 16h às 16h30

QUA | 29/MAR

PAINEL 1: UMA VISÃO ESTRUTURAL SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES	
8h às 8h10	ABERTURA - Rudimar Reis Presidente Grupo Negócios Públicos
8h10 às 8h40	NOVA LEI DE LICITAÇÕES: COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI E PARA ONDE VAMOS? - Ministro Benjamin Zylmer
8h40 às 9h20	O MUNDO "NÃO-SISG": UMA REALIDADE PARALELA? - Tatiana Camarão
9h20 às 10h	PNCP: VITRINE DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS OU UM PORTAL PARA O FUTURO DAS COMPRAS PÚBLICAS? - Victor Amorim
10h30 às 16h	OFICINAS SIMULTÂNEAS
PAINEL 2: OS COMPRADORES PÚBLICOS NA NLL	
16h30 às 17h	UM "NOVO" PREGOEIRO? - Carolina Zancaner
17h às 17h30	GESTÃO POR COMPETÊNCIAS E SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES: COMO CONCRETIZAR EM MINHA ORGANIZAÇÃO? - Raquel Carvalho
17h30 às 18h	CARREIRA DE COMPRADOR PÚBLICO E ESTRATÉGIAS DE REMUNERAÇÃO: O QUE É POSSÍVEL? - Christianne Stroppa

QUI | 30/MAR

PAINEL 3: QUESTÕES PROCEDIMENTAIS E IMPACTOS DA NLL NO PREGÃO	
8h às 8h10	ABERTURA - Rudimar Reis Presidente Grupo Negócios Públicos
8h10 às 8h40	ORÇAMENTO SIGILOSO: QUANDO É UMA BOA OPÇÃO? - Ronny Charles
8h40 às 9h20	MODOS DE DISPUTA E A MODELAGEM DA LICITAÇÃO: TEREMOS UMA NOVA FORMA DE LICITAR? - Joel Niebuhr
9h20 às 10h	INVERSÃO DE FASES NO PREGÃO: QUANDO E COMO USAR? - Felipe Boselli
10h30 às 16h	OFICINAS SIMULTÂNEAS
16h30 às 17h	METaverso: REALIDADE VIRTUAL OU UMA NOVA REALIDADE PARA AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS? - Rodrigo Pironti
17h às 18h	TALK SHOW

SEX | 31/MAR

PAINEL 4: O PREGOEIRO E OS ÓRGÃOS DE CONTROLE	
8h às 8h10	ABERTURA - Rudimar Reis Presidente Grupo Negócios Públicos
8h10 às 8h40	O QUE SÃO AS TAIS "LINHAS DE DEFESA" E ONDE ENTRA O "CONTROLE INTERNO"? - Paulo Alves
8h40 às 9h20	O PAPEL DA ASSESSORIA JURÍDICA NA NLL: ALGO MUDOU? - Anderson Pedra
9h20 às 10h	O DIVÃ DO PREGOEIRO - Anderson Pedra, Victor Amorim e Christianne Stroppa
10h30 às 16h	OFICINAS SIMULTÂNEAS
16h30 às 17h30	ARENA CBP: O PAPEL DO TRIBUNAL DE CONTAS NA CONSTRUÇÃO DA NLL
17h30 às 18h	ENCERRAMENTO OFICIAL



Instituto Negócios Públicos

Rua Dr. Brasília Vicente de Castro, 111 - 9º e 10º andar
Campo Comprido | CEP 80.200-526 - Curitiba/PR
Fone: (41) 3778.1717 - WhatsApp: (41) 98877.0234
E-mail: falecom@institutonp.com.br
www.negociospublicos.com.br

CERTIFICADO

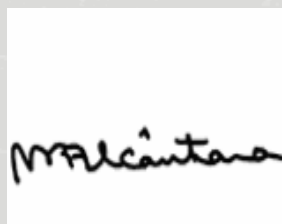
O Grupo Negócios Públicos confere o presente certificado a

PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS

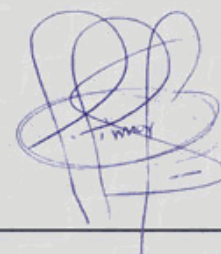
por sua participação na oficina

(Presencial) Controle Interno na NLL: estruturação, atuação e interfaces com a assessoria jurídica

realizado no dia 30/03/2023



Professor
Cargo
Marcus Alcantara



Rudimar Reis
Presidente Grupo Negócios Públicos



**NEGÓCIOS
PÚBLICOS**



Termo de declaração

O presente certificado atribui a participação e conclusão do treinamento com tema e conteúdo aqui discriminados, ministradas durante o 18º Congresso Brasileiro de Pregoeiros, totalizando 04 horas de carga horária da respectiva oficina.



OFICINA

Controle Interno na NLL: estruturação, atuação e interfaces com a assessoria jurídica



PROFESSOR

Marcus Alcântara



CARGA HORÁRIA

4 Horas



CONTEÚDO

- Introdução

- A importância do controle
- O que devemos controlar?
- Reflexões sobre controles desnecessários
- Relação custo/benefício

- Unidades internas de controle

- Controle Interno

- Auditoria Interna

- Assessoria Jurídica

- Conceitos

- Binômio Risco x Controle

- Atividades de controle

- Avaliação

- Consultoria

- Conformidade

- Estruturação do Controle

- Autonomia

- Independência

- Recursos humanos

- Recursos materiais

- Recursos financeiros

- Recursos tecnológicos

- Reporte

- Tipos de controle

- Prévio
- Concomitante
- Corretivo

- Atuação do controle interno

- Cogestão
- Apoio
- Auxílio
- Consultoria
- Avaliação

- Interfaces da atuação do controle interno e assessoria jurídica

- O que cabe a cada unidade?
- Como harmonizar a atuação

- Casos concretos

- Teses
- Dispositivos da Lei 14.133/2021 que

apontam para a atuação do controle interno e da assessoria jurídica

CERTIFICADO

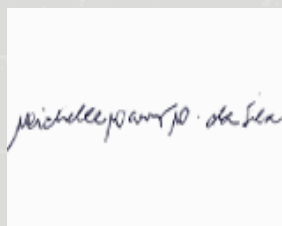
O Grupo Negócios Públicos confere o presente certificado a

PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS

por sua participação na oficina

(Presencial) O papel da assessoria jurídica na Lei nº 14.133/2021

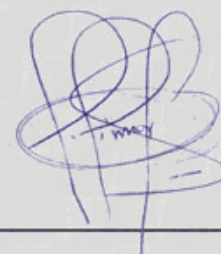
realizado no dia 29/03/2023



Professor

Cargo

Michelle Marry



Rudimar Reis

Presidente Grupo Negócios Públicos



**NEGÓCIOS
PÚBLICOS**



18º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS

28 A 31 DE MARÇO DE 2023 | EVENTO HÍBRIDO

📍 FÓZ DO IGUAÇU / PR ➕ ONLINE 100% AO VIVO

Termo de declaração

O presente certificado atribui a participação e conclusão do treinamento com tema e conteúdo aqui discriminados, ministradas durante o 18º Congresso Brasileiro de Pregoeiros, totalizando 04 horas de carga horária da respectiva oficina.



Instituto Negócios Públicos

Rua Dr. Brásílio Vicente de Castro, 111 - 9º e 10º andar
Campo Comprido | CEP 80.200-526 - Curitiba/PR
Fone: (41) 3778.1717 - WhatsApp: (41) 98877.0234
E-mail: falecom@institutonp.com.br
www.negociospublicos.com.br

OFICINA

O PAPEL DA ASSESSORIA JURÍDICA NA LEI Nº14.133/2021

PROFESSOR

Michelle Marry



CARGA HORÁRIA

4 HORAS

CONTEÚDO

- 1 - O papel do órgão de consultoria e assessoramento jurídico no processo licitatório;
- 2 - Limites para atuação do Advogado no processo licitatório;
- 3 - Fases do processo licitatório e a participação da assessoria jurídica;
- 4 - Governança das contratações públicas;
- 5 - Diferença entre assessoramento jurídico e consultoria jurídica;
- 6 - Atividades privativas de advocacia;
- 7 - Representação judicial e extrajudicial dos agentes públicos;
- 8 - Apoio dos órgãos de assessoramento jurídico aos agentes públicos;
- 9 - Funções essenciais à justiça e os Municípios sem procuradorias próprias;

CERTIFICADO

O Grupo Negócios Públicos confere o presente certificado a

PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS

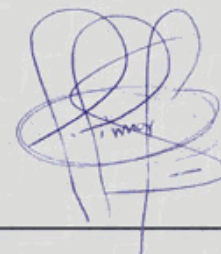
por sua participação na oficina

(Presencial) Contratações diretas na NLL: entendendo o Sistema de Dispensa Eletrônica

realizado no dia 31/03/2023



Professor
Cargo
Jamil Manasfi



Rudimar Reis
Presidente Grupo Negócios Públicos



**NEGÓCIOS
PÚBLICOS**



Termo de declaração

O presente certificado atribui a participação e conclusão do treinamento com tema e conteúdo aqui discriminados, ministradas durante o 18º Congresso Brasileiro de Pregoeiros, totalizando 04 horas de carga horária da respectiva oficina.



OFICINA

CONTRATAÇÕES DIRETAS NA NLL ENTENDENDO O SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA



PROFESSOR

Jamil Manasfi



CARGA HORÁRIA

4 HORAS



CONTEÚDO

Contratações Diretas na NLLCA: estruturação, atuação e interface com a assessoria jurídica.

Fundamentos da contratação direta;
Licitação x Contratação Direta;
Processo de Contratação;
Procedimento da Contratação Direta;
Atualização dos Valores para Dispensa;
Dispensa por Valor Econômico;
Dispensa Eletrônica da NLLCA e IN nº 67/21;
Vantagens da Dispensa Eletrônica;
Dispensa de Parecer Jurídico – IN AGU nº1/21 e ON nº 69 /21;
Dispensa – Licitação Deserta ou Fracassada;
Dispensa por Objeto;
Dispensa para Contratação Emergencial;
Hipóteses de Inexigibilidade de Licitação;
Divulgação no PNCP de Contratação Direta;
Hipótese de Substituição de Instrumento Contratual;
Crimes na Contratação Direta;
Parâmetros para Elaboração de Parecer Jurídico;
Procedimentos da Contratação Direta – Parecer Jurídico;
Procedimentos da Contratação Direta – Controle das Contratações;
Procedimentos da Contratação Direta – Garantia de Defesa na NLLCA;
Procedimentos da Contratação Direta – Sanções Administrativas;
Manifestação Jurídica Obrigatória – Sanções Administrativas;
Manifestação Jurídica Obrigatória – Desconsideração da Personalidade Jurídica;
Manifestação Jurídica Obrigatória – Reabilitação de Apenados com Impedimento de Licitar e Contratar ou Declaração de Inidoneidade;

CERTIFICADO

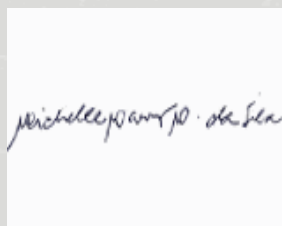
O Grupo Negócios Públicos confere o presente certificado a

PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS

por sua participação na oficina

(Presencial) O papel da assessoria jurídica na Lei nº 14.133/2021

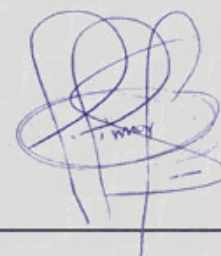
realizado no dia 29/03/2023



Professor

Cargo

Michelle Marry



Rudimar Reis

Presidente Grupo Negócios Públicos



**NEGÓCIOS
PÚBLICOS**



18 CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS

28 A 31 DE MARÇO DE 2023 | EVENTO HÍBRIDO

📍 FÓZ DO IGUAÇU / PR ➕ ONLINE 100% AO VIVO

Termo de declaração

O presente certificado atribui a participação e conclusão do treinamento com tema e conteúdo aqui discriminados, ministradas durante o 18º Congresso Brasileiro de Pregoeiros, totalizando 04 horas de carga horária da respectiva oficina.

OFICINA

O PAPEL DA ASSESSORIA JURÍDICA NA LEI Nº14.133/2021

PROFESSOR

Michelle Marry



CARGA HORÁRIA

4 HORAS

CONTEÚDO

- 1 - O papel do órgão de consultoria e assessoramento jurídico no processo licitatório;
- 2 - Limites para atuação do Advogado no processo licitatório;
- 3 - Fases do processo licitatório e a participação da assessoria jurídica;
- 4 - Governança das contratações públicas;
- 5 - Diferença entre assessoramento jurídico e consultoria jurídica;
- 6 - Atividades privativas de advocacia;
- 7 - Representação judicial e extrajudicial dos agentes públicos;
- 8 - Apoio dos órgãos de assessoramento jurídico aos agentes públicos;
- 9 - Funções essenciais à justiça e os Municípios sem procuradorias próprias;



CERTIFICADO

A Escola de Gestão Pública e Modernização dos Municípios - EGPM certifica que

Paulo Medeiros

participou da Oficina de Fiscalização de Contratos para Municípios promovida pela Escola de Gestão Pública e Modernização dos Municípios do Pará – EGPM/PA, que aconteceu nos dias 04 e 05 de Novembro de 2019 em Santarém-Pa, com carga horária de 16 horas.

Josenir Nascimento
Diretor Executivo EGPM

Leila Márcia Elias
Diretora Técnica/Coordenação de Cursos
da EGPM

OFICINA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PARA MUNICÍPIOS

Objetivo do Curso

Conhecer a importância das regras de fiscalização e gestão dos contratos administrativos no setor público para a administração pública, por meio de procedimentos e respaldo legal.

Público Alvo

Profissionais da Administração Pública Direta e Indireta de todas as esferas de Governo, União, Estados e Municípios, envolvidos direta ou indiretamente com as contratações administrativas e sua gestão; Profissionais dos Três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como de Tribunais de Contas e Ministério Público, envolvidos direta ou indiretamente com as contratações administrativas e sua gestão; E profissionais de empresas privadas, pessoas físicas e demais entidades que celebrem contratos administrativos junto à Administração Pública.

Conteúdo Programático

- Visão sistêmica do processo de contratação na administração pública – 2hs
- Conceitos fundamentais- 4 hs
- A fiscalização e o gerenciamento do contrato – 8hs
- Avaliação dos contratos – 2 hs

PORTARIA Nº 001/2020-SEMMA

Santarém, 28 de janeiro de 2020.

**DESIGNA PREGOEIRO E AUXILIARES
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO
AMBIENTE QUE ATUARÃO NA
CONDUÇÃO DAS LICITAÇÕES
REALIZADAS NA MODALIDADE
PREGÃO.**

A Secretária Municipal de Meio Ambiente do Município de Santarém, Estado do Pará, neste ato representada por sua titular, **Sra. Vânia Maria Azevedo Portela**, no uso de suas atribuições legais, conforme o Decreto nº 008/2017-SEMGOF e o disposto no artigo 3º e inciso IV, da Lei Federal nº 10.520/2002 e também no que couber os dispositivos legais constantes da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

RESOLVE

Art. 1º Designar, **PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS**, como pregoeiro da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, nos processos licitatórios realizados na modalidade pregão, cabendo-lhes a responsabilidade de processar e julgar tais processos licitatórios, em todas as suas fases, especialmente:

- I – Apreciar e julgar as propostas apresentadas;
- II – Efetuar a inscrição em registro cadastral dos lances ofertados;
- III – Efetuar a habilitação das propostas classificadas.

Parágrafo único. Considerando a impossibilidade de o Pregoeiro designada exercer suas funções em razão de força maior ou por conveniência administrativa justificada, o procedimento administrativo será conduzido por Pregoeiro **Ad Hoc**, dentre os pregoeiros do Município, com a ciência da Secretária para a ratificação dos atos realizados.

Art. 2º Para atuar como auxiliar ou equipe de apoio do Pregoeiro nas licitações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, realizadas na modalidade pregão, ficam designados os seguintes servidores:

- Taiana Seleski Maia Moreira;
- Pâmela Maisa Theobald Furtado;
- Claudia Bruna Maia Bastita
- Raíza Fernanda Pena Corrêa Mota Fernandes;
- Raifson Félix Barros dos Santos;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Dê-se ciência, cumpra-se, registre-se e publique-se.

GABINETE DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, aos vinte e oito dias do mês de janeiro de dois mil e vinte.



VÂNIA MARIA AZEVEDO PORTELA
Secretária Municipal de Meio Ambiente
Decreto Nº 008/2017 - SEMGOF

PORTARIA Nº 003/2019-SEMMA

SANTARÉM, 16 DE JANEIRO DE 2019.

Dispõe sobre a Comissão de Licitação, para atuarem em todas as modalidades de licitação, dispensa, inexigibilidade e procedimentos direta previstos na Lei Federal nº 8.666/1993, no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Meio Ambiente, Sra. **VÂNIA MARIA AZEVEDO PORTELA**, no uso de suas atribuições legais, conforme Decreto nº008/2017, de 01 de janeiro de 2017, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 51 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Considerando a Constituição da Comissão Permanente de Licitações, para atuarem em licitações nas modalidades: Tomada de Preço, Concursos, Concorrências, Convite, Chamada Pública, Termo Aditivo e Leilão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Santarém/PA.

RESOLVE

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Licitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente-SEMMA, que se destina a processar e julgar os processos licitatórios nas modalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/1993, bem como, Chamada Pública, Termo Aditivo, Dispensa de Licitação e Inexigibilidade, em todas as suas fases, pelo período de 1 (um) ano.

Art. 2º - Para compor a Comissão de Licitação, ficam designados como membros titulares, a seguir discriminados:

- **PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS – Presidente**
- **TAIANA SELESKI MAIA MOREIRA – Membro**
- **CLAUDIA BRUNA MAIA BASTITA – Membro**

Art. 3º - Para atuar como suplentes junto à Comissão de Licitação, ficam designados os seguintes servidores:

- **PÂMELA MAISA THEOBALD FURTADO – Suplente**
- **TÁSSIA LOYANE LIMA DA COSTA – Suplente**

Art. 4º - Os membros suplentes atuarão, sempre que verificados impedimentos de qualquer dos membros titulares, mediante prévia comunicação e registro em ata.

Art. 5º - A Comissão, que tem por função básica instruir, receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e a contratação direta mediante procedimentos de dispensa,



termo aditivo, chamada pública e inexigibilidade de licitação, a exercerá de acordo com os poderes/atribuições conferidos pela Lei 8.666/93 e suas modificações complementares e/ou posteriores.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se a portaria 051/2018.

Dê-se ciência, cumpra-se, registre-se e publique-se.



VÂNIA MARIA AZEVEDO PORTELA
Secretária Municipal de Meio Ambiente
Decreto nº 008/2017 - SEMGOF



PORTARIA Nº 049/2018-SEMMA

SANTARÉM, 11 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a Comissão de Licitação, para atuarem em licitações e procedimentos de contratação direta previstos na Lei Federal nº 8.666/1993, no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e dá outras providências.

Constituição da Comissão Permanente de Licitações, para atuarem em licitações nas modalidades: Tomada de Preço, Concursos, Concorrências, Convite, Chamada Pública, Termo Aditivo e Leilão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Santarém/PA, e dá outras providências."

A Secretária Municipal de Meio Ambiente, Sra. **VÂNIA MARIA AZEVEDO PORTELA**, no uso de suas atribuições legais, conforme Decreto nº 008/2017, de 01 de janeiro de 2017, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 51 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

RESOLVE

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Licitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente-SEMMA, que se destina a processar e julgar os processos licitatórios nas modalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/1993, bem como, Chamada Pública, Termo Aditivo, Dispensa de Licitação e Inexigibilidade, em todas as suas fases, pelo período de 1 (um) ano.

Art. 2º - Para compor a Comissão de Licitação, ficam designados como membros titulares, a seguir discriminados:

- PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS – Presidente.
- SHAYANE NAYARA FARIAS KOSTOV – Membro
- CLAUDIA BRUNA MAIA BASTITA - Membro

Art. 3º - Para atuar como suplentes junto à Comissão de Licitação, ficam designados os seguintes servidores:

- PÂMELA MAISA THEOBALD FURTADO – Suplente
- TÁSSIA LOYANE LIMA DA COSTA – Suplente

Art. 4º - Os membros suplentes atuarão, sempre que verificados impedimentos de qualquer dos membros titulares, mediante prévia comunicação e registro em ata.

Art. 5º - A Comissão, que tem por função básica instruir, receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e a contratação direta mediante procedimentos de dispensa, termo aditivo, chamada pública e inexigibilidade de licitação, a exercerá de acordo com os poderes/atribuições conferidos pela Lei 8.666/93 e suas modificações complementares e/ou posteriores.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, cumpra-se, registre-se e publique-se.

VÂNIA MARIA AZEVEDO PORTELA
Secretária Municipal de Meio Ambiente
Decreto nº 008/2017 - SEMGOF



PORTARIA Nº 002/2019-SEMMA

Santarém, 16 de janeiro de 2019.

**DESIGNA PREGOEIRO E
AUXILIARES DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
QUE ATUARÃO NA CONDUÇÃO
DAS LICITAÇÕES REALIZADAS NA
MODALIDADE PREGÃO.**

A Secretária Municipal de Meio Ambiente, **Sra. Vânia Maria Azevedo Portela**, no uso de suas atribuições legais, conforme o Decreto nº 008/2017-SEMGOF e o disposto no artigo 3º e inciso IV, da Lei Federal nº 10.520/2002.

RESOLVE

Art. 1º Designar, **PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS**, como pregoeiro da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, nos processos licitatórios realizados na modalidade pregão, cabendo-lhes a responsabilidade de processar e julgar tais processos licitatórios, em todas as suas fases, especialmente:

- I – Apreciar e julgar as propostas apresentadas;
- II – Efetuar a inscrição em registro cadastral dos lances ofertados;
- III – Efetuar a habilitação das propostas classificadas.

Parágrafo único. Considerando a impossibilidade do Pregoeiro designada exercer suas funções em razão de força maior ou por conveniência administrativa justificada, o procedimento administrativo será conduzida por Pregoeiro **Ad Hoc**, dentre os pregoeiros do Município, com a ciência da Secretária para a ratificação dos atos realizados.

Art. 2º Para atuar como auxiliar ou equipe de apoio do Pregoeiro nas licitações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, realizadas na modalidade pregão, ficam designados os seguintes servidores:

- Taiana Seleski Maia Moreira;
- Pâmela Maisa Theobald Furtado;
- Claudia Bruna Maia Bastita
- Raíza Fernanda Pena Corrêa Mota Fernandes;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a portaria nº 012/2018

Dê-se ciência, cumpra-se, registre-se e publique-se.

GABINETE DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, aos dezesseis dias do mês de janeiro de dois mil e dezanove.

VÂNIA MARIA AZEVEDO PORTELA
Secretária Municipal de Meio Ambiente
Decreto Nº 008/2017 - SEMGOF